

COMTEXTOS

WORKING PAPERS - SÉRIE 2 | N.º2 | 2016

STREET SOLDJAS: BREVE APROXIMAÇÃO TEÓRICA PARA O ESTUDO DE GANGUES DE RUA DE CABO VERDE

REDY WILSON LIMA

CICS.NOVA; CESA/CSG/ISEG-ULISBOA

COMTEXTOS

Publicação eletrónica seriada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Pólo da Universidade do Minho (CICS.NOVA-UMinho).

ISSN 2182-7672

Comissão Científica:

Ana Paula Marques (diretora)

João Carvalho

Maria João Simões

Teresa Mora

Edição:

Tânia Cristina Machado

Morada de contato:

Universidade do Minho,

Campus de Gualtar

4710-057 Braga

Tel: +351 253 601 752

cics@ics.uminho.pt

Street soldjas: breve aproximação teórica para o estudo de gangues de rua em Cabo Verde

Redy Wilson Lima

(CICS.NOVA; CEsa/CSG/ISEG-ULisboa)

Resumo:

Na primeira metade dos anos de 2000, Cabo Verde, mais especificamente a sua capital, Praia, deparou-se com um novo tipo de conflito urbano. Os “thugs”, uma figura social emergente, e os deportados provenientes dos Estados Unidos da América, foram apontados como os principais responsáveis. A resposta governamental foi musculada e repressiva, sem que, no entanto, fizesse baixar a percepção de insegurança, visto que as execuções sumárias e tiroteios entre os grupos rivais continuaram. A partir da revisão de literatura sobre o estudo dos gangues de rua, busca-se, neste *paper*, evidenciar a pertinência das reformulações teóricas no estudo da criminalidade urbana, na análise dos gangues de rua em Cabo Verde.

Palavras-chave: criminalidade urbana, gangues de rua, Cabo Verde

Abstract:

In the first half of the year 2000, Cape Verde, more specifically its capital, Praia, was faced with a new kind of urban conflict. The "thugs", an emerging social figure, and the repatriated from the United States of America (USA) were identified as the main responsible. Although the government response was muscled and repressive, the perception of insecurity still remained, since the summary executions and shootings between the rival groups continued to have place. From the literature review on the study of street gangs, this paper seeks to highlight the relevance of the theoretical reformulations in the study of urban crime in the analysis of street gangs in Cape Verde.

Keywords: urban criminality, street gangs, Cape Verde

Introdução. Enunciação do problema

Cabo Verde, país independente de Portugal em 1975, considerado, na altura, um Estado inviável, foi durante 15 anos governado por um partido-Estado¹, tendo adoptado o sistema democrático em 1991, aproveitando a chamada terceira vaga democrática que abalou os sistemas políticos autoritários, totalitários ou de partidos únicos da chamada “África Lusófona”. Actualmente, o país é tido como um modelo em matéria de democracia (Baker, 2006) e boa governação (Furtado, Sanches & Pina, 2011, Baker, 2009;) no continente africano, embora situações como o estrangulamento da sociedade civil devido a uma excessiva bi-partidarização da vida social (Costa, 2013; Évora, 2012;), o aumento das desigualdades sociais, homicídios e gangues juvenis (OHCHR, 2013), a desconfiança dos cidadãos em relação às instituições públicas, partidos e actores políticos (INE, 2014), a percepção de uma onda generalizada de corrupção (Alvazzi del Frate, 2007), a mercantilização do voto (Évora & Ramos, 2013), a relação promíscua entre partidos políticos e gangues de rua em períodos eleitorais (Varela & Lima, 2014) e as denúncias de existência de financiamentos a partidos políticos por parte de facções do narcotráfico² são apontadas como constituindo reais ameaças à democracia.

O narcotráfico é tido hoje como uma das maiores ameaças à governação democrática e segurança humana na Costa Ocidental de África (Brown, 2013; Évora, 2009; UNODC, 2008) e percepcionado como um dos factores determinantes da disseminação da violência/criminalidade em Cabo Verde (Afrosondagem, 2012). A apreensão, em Outubro de 2011, de uma tonelada e meia de cocaína, várias armas de guerra, cerca de catorze mil contos em dinheiro, uma lancha ultra-rápida e vários automóveis de luxo a uma facção nacional do narcotráfico internacional, cuja responsabilidade seria a de transportar cocaína produzida na América do Sul para a Europa, via Cabo Verde, expôs o envolvimento perverso de instituições financeiras nacionais, assim como de figuras públicas ligadas à política e ao empresariado nacional

¹ Depois do golpe militar na Guiné-Bissau, em Novembro de 1980, que pôs fim ao projecto um partido dois países, o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde dividiu-se em dois, tendo a facção cabo-verdiana, Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), governado o país até à abertura democrática em Janeiro de 1991. Em 2001, após 10 anos ausente do poder, o PAICV voltou ao governo após ter vencido as eleições legislativas com maioria absoluta.

² Em Janeiro de 2006, o Primeiro-Ministro surpreendeu o país, quando no dia das eleições legislativas declarou que há fortes indícios de financiamento do narcotráfico a partidos políticos (apontando o dedo ao partido da oposição). Dois anos mais tarde, num comício na Praia, no âmbito das eleições autárquicas de 2008, o então Presidente da Câmara Municipal da Praia acusou políticos da oposição de receberem comissões do narcotráfico.

com o narcotráfico internacional. Meses antes, cerca de 80 quilos de cocaína distribuídos em vários sacos impermeáveis deram à costa em duas localidades próximas da Praia, provocando uma turbulência na corporação policial, visto que veio a descobrir-se envolvimento em actividades criminosas de um número significativo de agentes da unidade de combate aos gangues de rua.

O relatório mundial sobre drogas produzido pela UNODC (2007) aponta a África Ocidental como uma importante zona de transição e de assistência logística do tráfico da cocaína na zona atlântica, e segundo Brown (2013), em 2007, cerca de 80% de cocaína movida da América do Sul para esta sub-região africana foram transportados via mar e 20% pelo ar. O relatório produzido por este autor aponta, de entre outros Estados da região ocidental africana, Cabo Verde como estando na rota do tráfico internacional de cocaína, que junto com a Guiné-Bissau e o Brasil formam a chamada conexão lusófona, indicada como um dos corredores mais activos nos últimos anos por onde passa a droga proveniente da América do Sul rumo ao atlântico norte. A transformação do arquipélago numa plataforma giratória, por excelência, do tráfico internacional de cocaína (Saviano, 2014) através da denominada auto-estrada 10 (Pérez, 2014), assim como o aumento das deportações de jovens cabo-verdianos associados a gangues de rua nos EUA e o surgimento de uma nova figura social, os “thugs”, coincidiram com o aparecimento de um novo tipo de conflitualidade urbana no país, com maior intensidade na sua capital, a partir da primeira metade dos anos de 2000. Os “thugs”, identificados como jovens “periféricos”, seduzidos, numa primeira fase, pelo estilo de vida dos gangues de rua dos EUA e, numa segunda fase, pelas expressões de violência das facções de droga brasileiras, foram imediatamente entendidos pela população em geral e técnicos sociais como os *folk devils* do sistema e os jovens deportados dos EUA seus principais mentores.

As minhas primeiras incursões no mundo da criminalidade urbana na Praia entre os anos de 2008 e 2012, no âmbito de uma investigação independente de cariz etnográfico, levantaram uma série de questões teóricas e metodológicas sobre as motivações, ligações, funcionamento e ideologias desses agrupamentos juvenis. De concreto, permitiu-me constatar que a questão das desigualdades sociais (sobretudo a sua dimensão simbólica) e a segregação das oportunidades poderão estar na base da reacção colectiva violenta desses jovens (Lima, 2012a, 2012b, 2010,), inquietações essas presentes em trabalhos recentes sobre delinquência juvenil colectiva urbana (Zoetl, 2015, 2014; Cardoso, 2012; Bordonaro, 2012a, 2012b, 2010; Roque & Cardoso, 2012. 2010,

2008), cultura hip-hop (Lima, 2012c) e juventude “periférica” (Martins, 2013), realizadas nas cidades da Praia e Mindelo.

Do ponto de vista da responsabilização dos deportados pelo alto índice de criminalidade, o que fica evidente nestes estudos é que o aumento de jovens cabo-verdianos expulsos dos EUA, no final dos anos de 1990 e início dos anos de 2000, poderá ter influenciado a sua criminalização na sociedade cabo-verdiana (Cardoso, 2012), tendo em conta que as deportações em massa de jovens dos EUA a partir dos finais dos anos de 1990 se deveram, em parte, aos confrontos armados entre gangues de rua ligados a grupos de narcotráfico, gangues esses constituídos essencialmente por jovens estrangeiros ou descendente de imigrantes³. Lundy (2011) lamenta a falta de estudos que analisam o impacto das deportações nas sociedades de origem desses jovens, embora Cruz (*cit. in*. Gemert & Decker, 2008) afirme que os membros dos gangues MS-13⁴ e M18⁵ expulsos dos EUA reproduziram em El Salvador e Honduras a cultura dos gangues de rua norte-americanos, colocando assim um enorme problema às autoridades dos respectivos países.

No caso cabo-verdiano, por um lado, poderá ter existido uma importação de “expertise” em matéria de técnicas criminais ou violentas e, por outro, os jovens repatriados trouxeram novas atitudes, formas de estar, de vestir e de comunicar. Comunicavam entre si em inglês, recorrendo a calções usados nos guetos norte-americanos, e através da sua estética reproduziram o imaginário do jovem delinquentemente norte-americano no espaço social cabo-verdiano, observado anteriormente apenas através das produções cinematográficas norte-americanas e/ou vídeos musicais do *gangsta rap*⁶, estilo musical amplamente consumido pela população juvenil praiense a partir da segunda metade dos anos de 1990 (Lima, 2012a).

Vítimas de discriminação racial e social nos EUA, muitos desses jovens acabaram por cair na mesma situação em Cabo Verde (Cardoso, 2011; Carvalho & Sá, 2007). Assim sendo, a formação ou integração em gangues poderá ser percebida como uma tática de sobrevivência mobilizada por esses jovens, num contexto onde o mercado subterrâneo, sobretudo o narcotráfico, se encontra institucionalizado, fazendo com que fossem

³ Em 1999, 47% dos membros de gangues de rua nos EUA eram hispânicos; 31% eram afroamericanos; 13% eram brancos; 7% eram asiáticos; e 2% pertenciam a outras etnias (Klahr, 2006).

⁴ Mara Salvatrucha.

⁵ 18th Street Gang.

⁶ É um subgénero do *rap* que tem como característica a descrição do dia-a-dia violento dos jovens negros nos guetos das grandes cidades norte-americanas.

imediatamente recrutados pelos grupos de narcotraficantes como “matadores profissionais” (Carvalho & Sá, 2007).

O termo “thug” entra no vocabulário juvenil cabo-verdiano nesse período. Os primeiros trabalhos de campo forneceram pistas que permitiram afirmar que a importação e incorporação da identidade “thug” no contexto juvenil cabo-verdiano fizeram com que a ideia de uma identidade cabo-verdiana forjada pelos *claridosos*⁷ fosse rejeitada por esses jovens, substituída pela identidade africana e negra, assim como pela exaltação de figuras dos movimentos negros norte-americanos e africanos, em que se destaca a figura de Amílcar Cabral⁸.

Se num primeiro momento a palavra *thug* nos remete a uma fraternidade de assassinos e ladrões constituídos por hindus, *sikhs* e muçulmanos que operaram na Índia entre os séculos XVI a XIX, no contexto cabo-verdiano, a palavra foi apropriada do acrónimo *thug life*⁹ (vida difícil), que significa *The Hate U Give Little Infants Fucks Everyone*¹⁰, que no contexto norte-americano continha um código de rua assinado num tratado de paz entre os dois maiores gangues rivais norte-americanos, Bloods e Crips, em 1992, na cidade de Los Angeles.

Sob essa denominação, em 2013, encontrava-se no activo 92 gangues de rua na Praia e 13 no Mindelo¹¹, e no triénio 2010-2012 foram registados 26 confrontos armados entre esses grupos na Praia (Lima, 2015). Nos finais de 2012, teve início um processo de pacificação dos gangues de rua nessas duas cidades, em que, a partir de parcerias entre instituições do Estado, Igrejas, ONG’s, associações comunitárias e organizações de rua, se buscou, num primeiro momento, alcançar a paz urbana e, posteriormente, formas alternativas de integração desses jovens no tecido social praiense e mindelense (Lima, 2014).

Em Cabo Verde, as publicações existentes sobre a criminalidade urbana poderão ser tipificadas da seguinte forma, tendo em conta os propósitos e as instituições de financiamento: a) resultado de consultorias encomendadas por instituições públicas financiadas por organizações internacionais (Sousa, 2013; Fonseca, 2012; Prieto, 2012;

⁷ Nome como ficou conhecida a geração de intelectuais que fundou, em 1936, a *Revista Claridade* na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, sob o lema fincar os pés na terra, e que esteve no centro de um movimento de cariz regional de emancipação cultural, social e política da sociedade cabo-verdiana.

⁸ Político cabo-verdiano da “geração nacionalista” que, com o *slogan* “pensar para agir, agir para poder pensar”, comandou a luta de libertação dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde ante o jugo colonial português.

⁹ Ideia concebida por Tupac Shakur que representava um novo tipo de Poder Negro.

¹⁰ O ódio que das às crianças pequenas lixa toda a gente.

¹¹ Convém realçar que esse tipo de agrupamento no Mindelo não se auto-intitula “thugs”, mas sim gangues.

Furtado, Pinheiro & Almeida, 2011; UNODC, 2011; Fernandes e Delgado (2008); b) para obtenção de títulos académicos (Stefani, 2015a, 2015b, 2014; Alves, 2014; Cardoso, 2014; Monteiro, 2014; Tavares, 2014; Barros, 2013; Dias, 2013; Gertrudes, 2013; Tavares, 2012; Monteiro, 2011; Monteiro, 2010); c) financiados por agências de investigação (Cardoso, 2014; Zoetl, in print, 2015, 2014; Peça, 2012; Bordonaro, 2012a, 2012b, 2010; Roque & Cardoso, 2012, 2010, 2008); e d) independentes (Lima, 2015, 2014, 2012a, 2012b, 2010; Varela & Lima 2014). A maioria desses estudos fundamenta-se em preceitos explicativos sociológicos de base do fenómeno da delinquência juvenil: a existência de patologias ao nível de personalidade; uma orientação por determinados tipos de valores e ideais alternativos ou opostos à constelação moral dominante; um défice anómico ocorrido nos processos de socialização por relação aos valores e normas dominantes. No entender de Chaves (2013), não obstante numerosos trabalhos de pesquisa ou de reflexão teórica contestarem estes preceitos explicativos, eles são comumente assumidos como indiscutíveis por parte dos investigadores e técnicos que trabalham com a questão da delinquência. Mais recentemente, uma importante achega foi dada por Roque & Cardoso (2012), ao chamarem a atenção para a tendência dos estudos sobre a violência, de uma forma geral, ignorarem a componente política através da substituição da noção de violência política pela violência social, numa época em que a desigualdade e a marginalização social têm estado na base de inúmeros motins urbanos a nível mundial. Defendem, portanto, que o maior desafio actual no estudo da violência é enfrentar a sua progressiva despolitização e consequente deslegitimação e criminalização.

Sendo assim, a partir da revisão de literatura sobre o estudo dos gangues de rua, busca-se, neste *paper*, evidenciar a pertinência das reformulações teóricas no estudo da criminalidade urbana, na análise dos gangues de rua em Cabo Verde.

1. Aplicação conceptual e breve caracterização do termo gangue

O termo gangue tem raiz nas ilhas Britânicas e, segundo Brotherton & Barrios (2004), a sua primeira aplicação conceptual aconteceu na sociedade agrícola escocesa, querendo designar o passeio do gado. Mais tarde, na antiga sociedade inglesa mercantilista, começa a ser aplicado com maior frequência na designação de grupos de pessoas, como, por exemplo, um gangue de marinheiros. Com o passar do tempo, na sociedade inglesa urbana do período da revolução industrial, o termo passa a ser aplicado

a grupos de pessoas com comportamentos considerados desviantes, agindo para um determinado propósito, normalmente criminoso. Nos EUA, depois do seu uso inicial para designar um grupo de escravos à venda nas casas de leilão, o termo passou a ser usado para designar um colectivo de ladrões profissionais de classe trabalhadora e bandos de adolescentes arruaceiros.

Foi, entretanto, a partir da obra *The Gang*, de Frederick Thrasher, publicada em 1927, que o termo gangue entra no universo académico e passa a ser usado para descrever jovens marginalizados e subculturas desviantes. Para Rodgers (1999), a proposição clássica dos gangues apresentada por Thrasher é ainda atual, uma vez que nenhuma definição posteriormente avançada conseguiu ultrapassá-lo substancialmente. Sendo assim, gangue é assumido como um grupo intersticial, originalmente criado de forma espontânea e, em seguida, agregado através de conflitos, resultando comportamentos colectivos que contribuem para o desenvolvimento de uma tradição, solidariedade moral, consciência de grupo e apego a um território local. Apesar de essa descrição abranger muitas características estruturais e institucionais básicas de qualquer gangue, o autor salienta o facto de que esse tipo de agrupamento é muito heterogéneo, patenteando diferentes motivações e actividades. Enquanto alguns membros se movem por interesses políticos, outros estão mais preocupados em acumular riqueza, e há aqueles que se mobilizam por questões identitárias e aquisição de um determinado *status*. Além disso, os grupos podem variar consoante os contextos culturais em que se encontram inseridos.

É importante referir que ainda não existe uma definição consensual sobre os gangues, embora haja um consentimento sobre o facto da maioria dos grupos adoptar um nome e uma identidade que pode ser constatada através do uso de símbolos, marcas específicas de roupa e tipos de tatuagens. Normalmente são compostos por membros do sexo masculino entre os 12 e 24 anos, embora existam indivíduos com idade superior aos 24 anos. Rodgers (1999) adverte para o perigo de se cair no erro de considerar gangues somente como espaços de pertença de jovens, chamando a atenção que a definição daquele que é, ou não, jovem varia de acordo com os contextos culturais para os quais olhamos, o que faz da juventude um conceito ambíguo, relacionado algumas vezes a partir de padrões de comportamento e actividades ao invés da idade. Klahr (2006), a partir da descrição de gangues salvadorenhas, assegura que, nos últimos tempos, muitos cliques ligados aos dois grupos mais violentos nesse pequeno país centro-americano deixaram de ser apenas expressões identitárias juvenis para se converterem em gangues comandados

por adultos que não foram forçosamente membros originais, no sentido de terem passado pelo ritual de iniciação quando adolescentes.

É relevante mencionar que os gangues juvenis apresentam somente uma parte das várias formações juvenis semelhantes existentes, compartilhando, de acordo com Rodgers (1999), as mesmas características contempladas por Thrasher. Deve ter-se em conta que os jovens, habitualmente, reúnem-se em grupos de pares propensos a determinados comportamentos colectivos. Este aspecto é reconhecido sociologicamente como fazendo parte do seu ciclo de vida e tido como um elemento importante no processo de socialização e interacção com o seu contexto físico e social. Os gangues juvenis, assim como outros agrupamentos juvenis, tais como os clubes desportivos, de lazer e as redes de amizade, fornecem padrões de referência e definem os códigos de comportamento. Embora independentes, muitos desses agrupamentos são interdependentes e sobrepostos.

A distinção entre gangues e outros grupos de pares juvenis está nas tendências de os primeiros se envolverem em actividades ilegais e violentas. Contudo, Rodgers (1999) refere que apesar dos outros agrupamentos juvenis poderem estar envolvidos em tais actividades, essa actividade poderá não ser percebida de ponto de vista socialmente normativo, como um ato delinquente, mas sim como um comportamento juvenil imaturo. A esse respeito, Becker (1985 [1963]) fornece-nos um importante contributo, ao considerar o comportamento desviante como uma reacção social face a uma alegada violação de regras e expectativas morais, conquanto recai sobre alguns e outros são ilibados. Essa desigualdade de definições de rótulos sociais traduz uma certa equação de poder existente na sociedade, na medida em que de acordo com a posição ocupada no espaço social, as instâncias de controlo poderão reconhecer, ou não, o comportamento como desviante.

2. O papel dos gangues nas novíssimas guerras e a questão do narcotráfico

Actualmente, os gangues desempenham um papel importante em qualquer tipo de violência, desde étnica, passando por motins ou em actividades ligadas ao narcotráfico, até em trabalhos de imposição de lei e ordem sob o domínio de tiranos nos ditos países menos desenvolvidos (Hagedorn, 2008). Os gangues, entre outros agrupamentos urbanos

violentos¹², são para Moura (2010) a figura de um novo tipo de conflitualidade violenta que irrompe nos grandes centros urbanos a nível mundial, dominando microterritórios em países aparentemente em situação de paz. As novíssimas guerras, como lhe designa, são conflitos em que ao contrário das velhas e das novas guerras (guerras civis), a intenção dos senhores que os conduzem não é a de substituir o poder estatal, mas sim constituir um poder paralelo ou, em alguns casos, substituir o poder estatal nos locais em que existe um vazio institucional (Strange, 1996). Derivam da combinação de causas estruturais e factores de risco, ou seja, da combinação das desigualdades sociais, subalternização e marginalização da população pobre urbana, aumento de processos estruturais de exclusão social, cultura de impunidade, construções da hipermasculinidade, consumo excessivo de álcool, drogas e disponibilidade de armas de fogo (Moura, 2010). Actuando na maioria das vezes em redes do narcotráfico, os gangues gerem e/ou protegem a economia do crime empregando meios brutais não só contra os grupos rivais, mas também contra a população dos espaços ocupados (Rodgers, 2002), estando estes últimos frequentemente sujeitos a manipulações sobrepostas e contraditórias por parte do Estado, dos grupos do narcotráfico e das elites políticas.

Apesar de reconhecerem o papel dos gangues de rua no narcotráfico, Johnson, Hamid & Sanabria (1992) chamam a atenção para o erro que se comete em se utilizar o termo gangue ao se referir a organizações que traficam *crack*. Para estes autores, os gangues juvenis não são os principais atores na distribuição de *crack* e, por conseguinte, termos jornalísticos e institucionais como gangues de rua traficantes ou gangues do crime organizado têm sido mal empregues. Consideram que a insistência nesses termos inviabiliza as diferenças fundamentais existentes entre narcotraficantes e gangues tradicionais. No entanto, estudos mais recentes levados a cabo em Chicago (Hagedorn, 2008, 2007b; Venkatesh, 2008; Levitt & Venkatesh, 2000) mostram que o colapso da economia industrial nos anos de 1970 não fez desaparecer os super gangues daquela cidade, visto que o narcotráfico possibilitou a sua reorganização e expansão. Para além disso, possibilitou a sua globalização e institucionalização (Hagedorn, 2008).

De acordo com Sullivan (2000), uma análise mais detalhada dos gangues urbanos e transnacionais em actividade hoje indica que alguns desses grupos se transformaram em empresas criminosas em três gerações – transição dos tradicionais gangues de rua para

¹² Facções de droga, grupos de extermínio, grupos de vigilantes, etc.

gangues orientados para o mercado de drogas, e destes para uma nova geração que mistura elementos políticos e mercenários.

A primeira geração opera num ambiente de extrema violência, orientada pela lealdade comunitária numa lógica de protectora do bairro. Estes gangues não se encontram politizados e engajam-se em actividades criminais conforme as oportunidades que surgem, o que inclui venda de drogas nas esquinas, assim como rivalidades com outros gangues. A segunda geração possui uma agenda política mais ampla, voltada para o mercado, fornecendo serviços de protecção nas transacções de drogas, actividade essa vista como um negócio. Usam a violência como forma de controlar a competição e ocupam uma área geográfica mais ampla. Com uma liderança centralizada, conduzem operações mais sofisticadas e violentas similares aos Cartéis de droga, narcoterroristas e outras organizações do crime. A terceira geração são gangues mercenários interessados em obter poder e meios financeiros. São politicamente engajados, têm um alcance global e fazem uso do terrorismo como forma de ganharem influência e desafiar instituições do Estado.

O narcotráfico, como referido, é um dos principais responsáveis pelo aumento do poder dos gangues e, conseqüentemente, do tipo de violência urbana apontada por Moura (2010). A sua estrutura configura realidades que divergem bastante entre si. Cunha (2007) fala em dois grandes modelos do narcotráfico: o modelo *free-lance* e o modelo empresarial (Johnson, Hamid & Sanabria, 1992) aplicado ao caso norte-americano, e as designações de “crime em associação” e “crime em organização” (Ruggiero & South, 1995) aplicados ao caso europeu.

Na América Latina, local de origem da droga transitada na Costa Ocidental de África (Pérez, 2014, Saviano, 2014; Brown, 2013; UNODC, 2007, 2008), o narcotráfico não se resume apenas a um negócio. Rincón (2009) considera-o igualmente como uma estética que se cruza com a cultura e a história de alguns países e que se manifesta hoje na música, linguagem e arquitectura. Para Ovalle (2005), torna-se difícil avaliar os efeitos económicos, políticos e sociais do narcotráfico em muitos países, contudo, ressalva que analisá-lo a partir de uma perspectiva que integra elementos culturais poderá ser útil para entender a sua natureza e as suas relações complexas.

A noção de narcocultura referida por Solís (2002) e Cajas (2008) dá conta de uma cultura do narcotráfico definida por códigos de conduta, estilos de vida e formas de relação estabelecidas entre os que nele participam. A esse respeito, Ovalle (2000) fala da

existência de uma ideologia legitimadora das acções dos narcotraficantes que faz com que sejam aceites e justificadas. Exemplifica com a autodefinição dos narcotraficantes latino-americanos como defensores dos valores regionais e lutadores pelo progresso através da argumentação de que a sua indústria, apesar de ilegal, beneficia a região, uma vez que faz circular muito dinheiro, promove o desenvolvimento e reduz o desemprego. A narcocultura é entendida por estes autores como movida a partir do sonho de ascensão social que é impossível alcançar recorrendo apenas a mecanismos legais. Segundo Merton (1970), para alguns grupos sociais que incorporam a ideia de sucesso baseada na acumulação de riqueza e aos quais são negados os acessos legítimos de a alcançarem, o emprego de meios ilegítimos torna-se num imperativo. Sendo assim, o recurso ao narcotráfico tem possibilitado o enriquecimento rápido de grupos posicionados em classes baixas e médias que tem produzido riquezas locais e regionais, e os beneficiários desse mercado não se limitam aos narcotraficantes, visto que também enriquece advogados, empresários, polícias, políticos, entre outros grupos que, de uma forma ou de outra, interagem com eles (Ovalle, 2005). Desse processo, uma “nova elite” é forjada, que, embora não assumida como igual pela “velha elite”, força a integração no espaço social dominante através de práticas de consumo desmedidos. O narcotráfico é, portanto, entendido como uma forma de pensar, uma ética de vitória rápida, uma cultura de ostentação – “a cultura do vale tudo para escapar da pobreza, uma afirmação pública de que para que serve ser rico, senão para se mostrar e exhibir” (Rincón, 2013: 195).

Do ponto de vista teórico, Cajas (2008) considera que o conceito subcultura possui alcance heurístico superior à expressão narcocultura, uma vez que esta última se restringe metodologicamente a um nível regional, concedendo-lhe assim alguma especificidade. Para fins analíticos, o autor considera que devemos falar de subculturas e, por extensão, narcocultura, visto que tais termos expressam uma subcategoria da cultura oficial. Contudo, para Chaves (2013) é necessário encontrar uma alternativa à concepção da subcultura desviante ou delinvente em contextos em que, longe de se produzirem contravalores, se constrói uma comunidade de representações que facilita o tráfico. No entender deste autor, apesar de muitas obras de referência problematizarem a questão do desvio a partir dos conceitos da subcultura, a sua utilização em pesquisas científicas, hoje, encontra-se muito comprometida, nomeadamente em determinados contextos. Isto devido à sua ambiguidade e de ser um conceito demasiado vago, bem como a sua fácil

utilização e rapidez de discurso, constituindo-se, deste modo, como uma cómodo pseudo-explicação de comportamentos desviantes ou delinquentes.

3. Urbanização, gentrificação e institucionalização de gangues

Tanto Rodgers (1999), como Hagedorn (2008), consideram a perspectiva da desorganização social, desenvolvida pela Escola de Chicago, como uma das teorias que mais contributo trouxe para estudo da formação dos gangues, na medida em que se focou na forma como as mudanças sociais influenciam a personalidade das pessoas.

Partindo do trabalho empírico de Robert Park e seus colegas, mais concretamente da descrição do modo como as migrações de pessoas do campo para a cidade criaram uma profunda revolução na psicologia do camponês, considerada esta como resultado da desorganização social, Hagedorn (2008) tenta mostrar como é que o processo de urbanização, ligado à questão da pobreza extrema, mudou radicalmente a paisagem urbana em África, América Latina e Ásia. Essas mudanças, na perspectiva do autor, criaram condições nas comunidades pobres para o crescimento de gangues. Ressalta que, tanto antes, como hoje, a equação migração + cidades + pobreza + bairros degradados + discriminação + jovens = gangues deve ser levada em conta na análise do fenómeno nos países da América Central e do Sul, África e Ásia, marcados nos últimos anos por um processo intenso de urbanização, com efeitos sobre os jovens, da mesma forma que teve sobre os jovens da segunda geração de polacos, nos anos de 1920, em Chicago. Ressalva, no entanto, que a globalização nos obriga a ter em consideração no estudo dos gangues os efeitos da aglomeração urbana, informalização, gentrificação e geografia de exclusão.

Propõe o termo ‘Recuo do Estado’ como o substituto da desorganização social na explicação das condições do crescimento dos gangues juvenis. Castells (2003 [1997]), por seu lado, liga a propagação da exclusão social e polarização do rendimento ao neoliberalismo, às políticas do livre mercado na globalização e também ao ‘Recuo do Estado’, para afirmar que no mundo actual, em que o mercado ganha preponderância, o Estado recua no fornecimento do bem-estar social. Com as orientações do Banco Mundial e do FMI saídas do Consenso de Washington, políticas alternativas de austeridade, privatização e militarização ganham força e, com isso, o Estado, sobretudo nos chamados países do Terceiro Mundo, perde a capacidade de fornecer empregos adequados, serviços e segurança para uma boa parte da população urbana das comunidades pobres.

Nessa linha, Hagedorn (2005) considera que uma das condições propícias para que ocorra a institucionalização de gangues nos bairros tem a ver com a ausência do controlo, serviços e oportunidades económicas formais. Igualmente, quando o conflito urbano é racial, classista, étnico ou religioso e quando os espaços ocupados (por exemplo os guetos negros norte-americanos ou os grandes conjuntos habitacionais) fornecem espaços defensivos. Nestas situações, grupos privados tomam o controlo dos bairros, que, através do uso ilegítimo da violência, concorrem com o Estado, deitando assim por terra a ideia weberiana do Estado enquanto detentor do monopólio da violência (Hagedorn, 2007c). O termo institucionalização de gangues é aplicado por Hagedorn (2008) para dar conta da persistência de alguns gangues durante décadas, não obstante as mudanças a nível da liderança e da repressão policial. Apresenta exemplos de gangues em Chicago, Cidade do Cabo e Rio de Janeiro, que operam há décadas, tornando-se míticas. Em Chicago, os membros dos gangues memorizam a literatura, as leis e as orações do grupo, bem como aprendem sobre os guerreiros e líderes do passado, muita vezes intitulados de reis ou lordes. No Rio de Janeiro, as crianças aprendem a idolatrar os líderes das facções de droga como heróis que desafiam o poder estatal. Na Cidade do Cabo, os jovens aprendem a história e as regras de um dos gangues mais perigosos da África do Sul, denominado “Americans”, e são encorajados a fazer tatuagens e a adoptar o estilo próprio desse grupo. Em qualquer uma dessas cidades, em parte, o mito dos gangues deve-se à sua criação no seio dos movimentos sociais nos anos de 1960, época em que desempenharam um importante papel nos seus bairros. Constata que, se nas cidades europeias os pobres e imigrantes se concentram em subúrbios afastados dos centros, na maioria das cidades dos EUA e dos países subdesenvolvidos, os pobres habitam historicamente bairros degradados perto dos centros de negócios. Anteriormente, havia a necessidade dos novos *gentry* expandirem para fora do centro das cidades, para suas imediações, o que fazia com que a população pobre fosse empurrada para zonas mais afastadas. Actualmente, com a emergência das cidades globais, os centros das grandes áreas metropolitanas recebem avultosos investimentos imobiliários e de telecomunicações, enquanto as áreas mais pobres e os velhos subúrbios ficam sem qualquer investimento, possibilitando assim novas geografias de centralidade e marginalidade (Sassen, 2007).

Em muitas cidades norte-americanas, as taxas de violência derivada das guerras entre os gangues de rua, narcotráfico e crimes baixaram a partir da condução de uma

política repressiva, baseada na ideia de “Tolerância Zero”, cuja finalidade é tão-somente expulsar a população indesejada (negros e latinos), tornando assim a cidade segura e mais atractiva, com o objectivo de conseguir o regresso dos habitantes brancos. Hagedorn (2008) fala da implementação das políticas de gentrificação levadas a cabo para o efeito, em que, com a ajuda dos *media*, os gangues são “construídos” como uma ameaça à paz social, pessoas incapazes de ter uma convivência urbana saudável. Menciona a relevância em analisar a questão da gentrificação nesse cenário como uma limpeza étnica, facilitado pela produção e reprodução do pânico social e pelo ressurgimento do Estado Penal, processo esse recentemente copiado e praticado em alguns países da União Europeia (Wacquant, 2008). Nas cidades fora dos EUA e da União Europeia, sobretudo nas cidades latino-americanas, esse processo ganha novas roupagens, contribuindo para o surgimento de dois novos tipos de exclusão ou, como afirma Caldeira, para o aparecimento de dois novos modos de discriminação: “a privatização da segurança e a reclusão de alguns grupos sociais em enclaves fortificados” (Caldeira 2000: 10), mudando, desse modo, as noções de público e de espaço público que até então dominavam a literatura sobre o espaço urbano ocidental ou de influência ocidental.

4. Gangues, organizações de rua e identidade colectiva

Nos EUA, os gangues juvenis têm sido sociologicamente analisados a partir do discurso da delinquência juvenil, sendo que, mais recentemente, se substituiu o termo jovem delincente pelo de gangue delincente. Geralmente, os gangues de rua são definidos tendo em conta as seguintes características: estrutura; crime/delinquência; território; integração/coesão; conflito; agenda anti-social; e percepção comunitária (Arnold *cit. in.* Brotherton & Barrios, 2004). Para Brotherton & Barrios (2004), pode-se dividir o estudo sociológico dos gangues no século passado em 4 períodos: a) entre 1920 e 1930, em que as teorias de desorganização social de Clifford Shaw e Henry McKay, do conflito cultural de Thrasher e do desvio de Robert Merton dominaram; b) entre 1950 e 1960, dominado pelas teorias subculturais de Phil Cohen e Walter Miller, das estruturas de oportunidades de Richard Cloward e Lloyd Ohlin, da rotulagem de Carl Werthman e do quase-grupo de Lewis Yablonsky; c) entre 1970 e 1980, dominado pela teoria da subclasse de Joan Moore, James Vigil, John Hagedorn, Carl Taylor, Feliz Padilla, Ron

Huff, Martin Jankowski, Elijah Anderson e Malcolm Klein; e d) a partir dos anos de 1990, com o domínio da teoria da contingência social e económica de Mercer Sullivan e Sudhir Venkatesh.

Em qualquer dos estudos desses autores, a relação entre gangues e delinquência surge como tese central. Brotherton & Barrios (2004) consideram que esta centralidade leva a que se ignore aquilo a que chamam de possibilidades políticas dos gangues, que incluem questões como: a espiritualidade na cultura de gangues; as redefinições das subculturas resistentes ao longo do tempo; o papel da educação capitalista na reprodução das suas identidades; e as suas lutas pela autonomia espacial e social. Desta feita, partindo da perspectiva marxista dos movimentos sociais, consideram que os estudos sobre gangues têm dado pouca atenção à capacidade política dos mesmos em transformarem o seu ambiente e mudarem-se a si próprios. Sendo assim, investem numa abordagem teórica alternativa, tendo como base empírica os “Almight Latin King and Queen Nation (ALKQN)”, um super gangue originário de Chicago que comporta predominantemente membros de origem latina, estruturada formalmente como uma organização de rua em 1963.

A partir da expressão organização de rua, concebem-nos juntamente com os seus membros como possíveis agentes de mudança, considerando-os como grupos sociais que se vão adaptando num universo marcado por relações de poder desiguais, dotados de um repositório ativo de conhecimento de resistência sociocultural, ao mesmo tempo que funcionam como reprodutores do sistema de valor cultural dominante. Para Brotherton (2007), baseando-se numa perspectiva de evolução, uma organização de rua representa um estágio de transição entre gangue e movimento social.

De acordo com Brotherton & Barrios (2004), a literatura especializada tem-se centrado apenas nas relações existentes entre os gangues e a política em contextos de competição eleitoral, ignorando-os enquanto entidades políticas, não obstante as actividades de militância política levadas a cabo de forma consciente nos anos de 1960, junto de grupos revolucionários (Hagedorn, 2007b). Para Jankowski (*cit. in.* Brotherton & Barrios, 2004), esta ausência é explicada, por um lado, pelo desaparecimento ou perda de influência das antigas máquinas políticas das cidades e, por outro, porque os estudos dos gangues se focam quase sempre em adolescentes pertencentes à classe trabalhadora que nunca se associaram à política, mesmo na chamada década da juventude: os anos de 1960.

Na perspectiva de Brotherton & Barrios (2004), como os gangues nunca foram considerados como um empreendimento colectivo para estabelecer uma nova ordem de vida, raramente foram abordados numa perspectiva de movimentos sociais. Brotherton (2007) afirma que seus membros o podem transformar em movimentos sociais tendo a rua como base, caso desejem fugir da sua condição de oprimidos. Barrios (2007), por sua vez, mobiliza a noção de espiritualidade de libertação, argumentando que é uma das estratégias utilizadas por alguns gangues, que não só preserva a identidade de grupo, como também os empodera a continuar a sua luta para a libertação contra a dominação social e racial. Para este autor, os “ALKQN” tomam como fonte de espiritualidade aquilo a que chamam de *nuestra realidad*, ou seja, que a realidade humana se manifesta num tempo e espaço específico e nunca num vazio. Desta feita, quando falam da sua realidade, falam sobre a sua realidade social, política e económica, o significado de serem latinos e latinas numa sociedade racista. Hagedorn (2007b) considera que a luta contra o racismo existente na época em que a Escola de Chicago formulou a teoria sobre gangues os levaram a fugir da questão étnica e racial, na medida em que tentaram afastar os estereótipos associados à população negra e a humanizar os imigrantes contra as hostilidades do público nativo. Para Barrios (2007), a espiritualidade de libertação fornece aos gangues latinos uma consciencialização sociopolítica e dota-os de uma identidade que lhes dá força na luta contra a espiritualidade de opressão historicamente interiorizada.

A identidade é uma categoria social contextual, isto é, depende dos contextos de interacção e do modo como a pessoa se classifica (ou é classificada pelos outros) perante um determinado contexto. Como adverte Hagedorn (2007c), a “raça” tem sido um importante mecanismo de auto-identificação grupal dos gangues, o que levou Hayden (2006) a classificar a violência dos gangues nos EUA como uma guerra racial. Tupac, enquanto ícone da cultura negra globalizada adaptada a vários contextos de violência e marginalização social, é apresentado por Prestholdt (2009) como tendo afectado a coalescência de uma identidade transnacional dos jovens por todo o mundo, argumentando que a sua mítica imagem deu à juventude rebelde da Serra Leoa um sentido de pertença internacional e serviu de meio através do qual podiam justificar a sua participação na violência. Neste mesmo contexto, no período de reconciliação no pós-guerra civil, a sua figura foi imediatamente adaptada como símbolo de paz. Tal como defende Gilroy (2002), ao longo da história, a identidade foi inúmeras vezes invocada e

manipulada e, segundo Woodward (2002), na Europa pós-colonial e nos EUA, tanto os que foram colonizados, como aqueles que colonizaram, responderam à diversidade do multiculturalismo pela renovada procura da certeza étnica, o que possibilitou a reafirmação vigorosa da identidade de origem. No entender de Hagedorn (2007c), a ideia de que a “raça” é um produto da modernidade a partir da divisão racial do mundo entre colonizados e colonizadores tem ganho credibilidade e torna-se útil no estudo dos gangues pós-industriais, na medida em que têm reivindicado uma identidade de vítima (Gilroy 2002), fornecendo aos seus membros uma identidade negra ou latina consolidada a partir da perspectiva traumática da história de escravatura e exploração.

Por outro lado, a globalização da economia e a internacionalização das instituições políticas criaram aquilo a que Castells chamou de identidade difusa, definida como uma identidade de fechamento dentro do que é conhecido contra a imprevisibilidade do desconhecido e do incontrolável. Sendo assim, no novo contexto global, a identidade dos gangues baseia-se numa cultura de hiperindividualismo comunal.

“Individualismo porque, na cultura de recompensa imediata só o indivíduo pode ser o padrão de medida. Comunalismo porque, para que esse hiperindividualismo se torne uma identidade – quer dizer, para que seja socializada como um valor e não apenas como uma forma de consumir-se a si próprio absolutamente sem sentido – necessita de um ambiente de valorização e apoio mútuo: uma comuna” (Castells, 2003 [1997]: 78).

Brotherton & Barrios (2004), na linha de Hagedorn (2008, 2007a, 2007b, 2007c), percebem os gangues como actores sociais. Ao contrário da criminologia tradicional que insiste em vê-los enquanto variáveis dependentes, como produto da desorganização social, famílias desestruturadas ou de socialização de rua e seus membros como rapazes problemáticos, com capital social e humano limitado ou atormentados pela pobreza, argumentam que os gangues devem ser tomados como variáveis independentes, como actores sociais que constroem identidades de forma agressiva. Dito de outra forma, um grupo social com uma identidade de resistência, identidade essa considerada por Castells (2003 [1997]) como sendo forjada por actores que, situando-se em posições subalternas, desvalorizados e/ou estigmatizados pela lógica de dominação, moldam identidades contra-hegemónicas e edificam trincheiras de defesa e de resistência em relação às instituições dominantes.

6. Considerações finais. Os processos identitários e o estudo dos gangues de rua

Em Cabo Verde, os estudos existentes sobre a criminalidade urbana poderão ser tipificados da seguinte forma, tendo em conta os propósitos e as instituições de financiamento: a) resultado de consultorias encomendadas por instituições públicas financiadas por organizações internacionais (Sousa, 2013; Fonseca, 2012; Prieto, 2012; Furtado, Pinheiro & Almeida, 2011; UNODC, 2011; Fernandes e Delgado (2008); b) para obtenção de títulos académicos (Alves, 2014; Cardoso, 2014; Monteiro, 2014; Stefani, 2014; Tavares, 2014; Barros, 2013; Dias, 2013; Gertrudes, 2013; Tavares, 2012; Monteiro, 2011; Monteiro, 2010); c) financiados por agências de investigação (Cardoso, 2014; Zoetl, 2014; Peça, 2012; Bordonaro, 2012a, 2012b, 2010; Roque & Cardoso, 2012, 2010, 2008); e d) independentes (Lima, 2015, 2012a, 2012b, 2010; Varela & Lima 2014).

A maioria desses estudos fundamenta-se em preceitos explicativos sociológicos de base do fenómeno da delinquência juvenil: a existência de patologias ao nível de personalidade; uma orientação por determinados tipos de valores e ideais alternativos ou opostos à constelação moral dominante; um défice anómico ocorrido nos processos de socialização por relação aos valores e normas dominantes. Argumenta Chaves (2013) que, não obstante numerosos trabalhos de pesquisa ou de reflexão teórica contestarem estes preceitos explicativos, eles são comumente assumidos como indiscutíveis por parte dos investigadores e técnicos que trabalham com a questão da delinquência. Bordonaro (2010), recusando essas explicações na problematização do fenómeno dos gangues em Cabo Verde, avança a tese de que, pelo menos na Praia, os jovens que se envolvem na violência e no crime não o fazem apenas para satisfazer as suas necessidades básicas ou esquecer a sua realidade e os seus problemas do quotidiano, mas para aumentar o seu poder num contexto marcado por estruturas de segregações de oportunidades, a sua pertença social a grupos de referência que possibilitam o reforço da sua posição social num contexto marcado por desigualdades sociais, e proclamar a sua identidade de forma agressiva através de elementos semânticos e estilísticos, buscando secundarizar os elementos económicos, todavia presentes.

Embora Hagedorn (2008, 2007a, 2007b, 2007c), assim como Brotherton & Barrios (2004), tomem a variável identidade como um elemento importante na compreensão das dinâmicas dos gangues, Goldman, Giles & Hogg (2014) argumentam

que, de forma geral, o conceito identidade social tem sido ignorado pelas ciências sociais na explicação deste fenómeno, apesar de os gangues resultarem de processos identitários sociais. No entanto, de acordo com Woodward (2002), a identidade é por si só um conceito relacional, uma vez que ela se distingue pela diferença, sendo a sua construção simultaneamente simbólica e social. A autora argumenta que, nas relações sociais, as formas de diferenciação simbólica e social são estabelecidas pelo sistema de classificações que consiste na aplicação de um princípio de diferença a uma determinada população, de tal modo que seja capaz de dividir todas as suas características em pelo menos dois grupos opostos – nós contra eles. Isto quer dizer que a identidade não se opõe à diferença, mas que dela depende.

A partir da primeira metade dos anos de 2000, para além dos discursos classista e espacial, a questão racial entra na linguagem quotidiana juvenil “periférica” cabo-verdiana com a importação e apropriação da estética politizada do *gangsta rap* de Tupac, passando assim a “raça” a constituir-se como um importante elemento na construção identitária de muitos jovens, sobretudo os envolvidos nas dinâmicas dos gangues de rua. Mobilizando Woodward, diria que quando uma determinada variável (neste caso a “raça”) possibilita a construção de identidades baseada na oposição hostil entre nós e eles, ela torna-se num importante elemento do sistema de classificações.

Sendo assim, quando olhamos para o processo de dominação historicamente reproduzida em Cabo Verde através do trabalho de alguns autores (Cabral 2013; Shabaka 2013; Cohen 2007; Carreira 2000) e o processo de revolução simbólica por parte de alguns jovens contra a dominação simbólica historicamente reproduzida (Lima 2012b), percebe-se que a variável “raça” utilizada por estes jovens deve ser tomada em consideração no estudo do fenómeno. Igualmente, as variáveis classe e espaço não devem ser descuradas no processo de produção de identidades dos mesmos, uma vez que, como deixa entender Varela (2000), ambas as variáveis se sobrepõem.

Por outro lado, convém ser também levada em consideração a achega dada por Roque & Cardoso (2012), que chamam a atenção para a tendência dos estudos sobre a violência, de uma forma geral, ignorarem a componente política através da substituição da noção de violência política pela violência social (Moser & Rogers, 2005), numa época em que a desigualdade e a marginalização social têm estado na base de inúmeros motins urbanos a nível mundial. Para estas investigadoras, o maior desafio actual no estudo da

violência é enfrentar a sua progressiva despolitização e consequente deslegitimação e criminalização.

A abordagem de Roque & Cardoso vai ao encontro da abordagem defendida por Brotherton & Barrios (2004), que, tal como Hagedorn (2008, 2007a, 2007b, 2007c), percebem os gangues como actores sociais, ou seja, como um grupo social com uma identidade de resistência que, na linha de Castells (2003 [1997]), é forjada por actores que, situando-se em posições subalternas, desvalorizados e/ou estigmatizados pela lógica de dominação, moldam identidades contra-hegemónicas e edificam trincheiras de defesa e de resistência em relação às instituições dominantes.

Bibliografia

Afrosondagem (2012). *Relatório sobre violência e criminalidade na Cidade da Praia*. Praia: Afrosondagem.

Alvazzi del Frate, A. (2007), *Estudo sobre crime e corrupção em Cabo Verde*. Praia: CCCD/UNOD.

Alves, M.A. (2014). *Delinquência juvenil e criminalidade na cidade da Praia. Uma pesquisa em torno do fenómeno “thug” e violência urbana*. Dissertação de Mestrado – Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos. Praia: Uni-CV.

Barros, N.V. (2013). *Criminalidade juvenil na cidade da Praia: os casos dos grupos de thugs*. Dissertação de Mestrado – Sociologia. Lisboa: ISCTE-IUL.

Baker, B. (2009). Cape Verde: marketing good governance. *Africa Spectrum*, 44 (2), 135-147.

Baker, B. (2006). Cape Verde. The most democratic nation in Africa?. *Journal of Modern African Studies*, 44(4), 493-511.

Barros, N.V. (2013). *Criminalidade juvenil na cidade da Praia: os casos dos grupos de thugs*. Dissertação de Mestrado – Sociologia. Lisboa: ISCTE-IUL.

Barrios, L. (2007). “Gangs and spirituality of liberation”. In: Hagedorn, J.M. (Ed.). *Gangs in the global city. Alternatives to traditional criminology*. Chicago: University of Illinois Press, p. 223-247.

Becker, H.S. (1985 [1963]), *Outsiders: Études de sociologie de la déviance*. Paris: Éditions A. M. Métailié

Bordonaro, L. (2012a). Tolerância Zero Crioula: Cabo Verde. In J.M. Pureza, S. Roque e K. Cardoso (Orgs.), *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia* (pp. 83-106).Coimbra: Almedina/CES,

Bordonaro, L. (2012b). Masculinidade, violência e espaço público: notas etnográficas sobre o bairro Brasil da Praia (Cabo Verde). In F. Marcon e L. Bordonaro (Orgs.), *Revista Tomo (Dossiê: Juventudes, expressividades e poder em perspectivas cruzadas)*, 21, 101-136.

Bordonaro, L. (2010). Semântica da violência juvenil e repressão policial em Cabo Verde. In J. Barros e L. Pina (Coords.), *Revista Direito e Cidadania (Edição Especial – Política Social e Cidadania)*, 30, 169-190.

Brotherton, D.C. (2007). Toward the gang as a social movement. In J.M. Hagedorn (Ed.), *Gangs in the global city. Alternatives to traditional criminology* (pp. 251-272). Chicago: University of Illinois Press,

Brotherton, D.C.; Barrios, L. (2004). *The Almighty Latin King and Queen Nation: street politics and the transformation of a New York City gang*. New York: Columbia University Press.

Brown, D.E. (2013). *The challenge of drug trafficking to democratic governance and human security in West Africa*. Carlisle: Strategic Studies Institute.

Cabral, I. (2013). *A primeira elite colonial atlântica. Dos “homens honrados brancos” de Santiago à “nobreza da terra” (finais do séc. XV – início do séc. XVII)*. Tese de Doutorado – Ciências Sociais. Praia: Uni-CV.

Cajas, J. (2008). Globalización del crimen, cultura y mercados ilegales. *Ide@s Concyteg*, 36, 31-40.

Caldeira, T. (2000). *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp.

Cardoso, E.F. (2014). *Delinquência juvenil na cidade da Praia (Cabo Verde)*. Dissertação de Mestrado – Psicologia Forense e da Exclusão Social. Lisboa: ULHT.

Cardoso, K. (2012). Thugs e violências: mitos, riscos e omissões. In J.M. Pureza, S. Roque e K. Cardoso (Orgs.), *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia* (pp. 18-56). Coimbra: Almedina/CES.

Cardoso, K. (2011). De volta à pátria? Os deportados cabo-verdianos dos Estados Unidos da América. I Iolanda Évora e Sónia Frias (Coords.), *e-book_In Progress: 1º*

Seminário sobre Ciências Sociais e desenvolvimento em África (p. 63-77). Lisboa: CEAsA).

Carreira, A. (2000). *Cabo Verde – formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460 – 1878)*. Praia: IPC.

Carvalho, I.R.T.V.; Sá, A.J. (2007). O retorno de emigrantes e o problema de reinserção em Cabo Verde, *Revista de Geografia*, 2, 121-135.

Castells, M. (2003 [1997]), *A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade*, Volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Chaves, M. (2013). *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico: marginalidade económica e dominação simbólica em Lisboa*. 2º Edição. Lisboa: ICS.

Cohen, Z. (2007). *Os filhos da folha*. Praia: Spleen Edições.

Costa, S. (2013). Sociedade civil, Estado e qualidade da democracia em Cabo Verde: entre a letargia cívica e a omnipresença do leviathã. In C.M. Sarmiento e S. Costa S. (Orgs.), *Entre África e a Europa: nação, Estado e democracia em Cabo Verde* (pp. 273-329). Coimbra: Almedina.

Cunha, M. (2007). A violência e o tráfico: para uma comparação dos narcosmercados. In A. P. Marques (Ed.), *Conflitos, políticas e relações pessoais* (pp. 173-179). Campinas: Pontes Editores.

Dias, J.J. (2010). *Percursos em transgressão nos jovens delinquentes na cidade da Praia – Cabo Verde: factores de risco e de protecção*. Dissertação de Mestrado – Psicologia da Justiça. Maia: ISMAI.

Ela, J-M. (2013 [1994]). *Restituir a história às sociedades africanas. Promover as ciências sociais na África negra*. Mangualde/Luanda: Edições Pedagogo/Edições Mulemba.

Évora, M. (2009). *Cabo Verde e o crime organizado na CEDEAO. A cooperação luso-cabo-verdiana no combate ao narotráfico*. Dissertação de mestrado. Lisboa: FCSH-UNL.

Évora, R.; Ramos, N. (2013). *Estudo sobre a participação eleitoral em Cabo Verde: uma perspectiva de género – Relatório final*. Praia: PNUD/UNICEF/UNFRA.

Évora, S.L. (2012). *Políticas de comunicação e liberdade e imprensa. Para compreender o jornalismo e a democracia em Cabo Verde*. Praia: Editura.

Fernandes, G.; Delgado, J.P. (2008). *Estudo Sobre os Jovens em Conflito com a Lei*. Praia: Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários e de Reinserção Social.

Fonseca, J.C. (2012). O 'programa constitucional' cabo-verdiano para a infância e a juventude e as grandes orientações em sede de protecção penal de crianças e adolescentes, medidas tutelares educativas e direito penal de jovens delinquentes. In M. Silva; L. Pina e P. Monteiro Jr. (Orgs.), *Estudos em Comemoração do Quinto Aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais* (pp. 193-234). II Volume. Praia: ISCJS.

Furtado, C.; Pinheiro, A.; Almeida, H. (2011). *Estudo sobre a relação da organização do espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde*. Praia: MAHOT.

Furtado, C.; Sanches, J.A.C.; Pina, L. (2011). *Etat de la gouvernance en Afrique de l'Ouest: le cas du Cape Verde*. Dakar: CODESRIA/OSIWA.

Gemert, F.; Decker, S. (2008). Migrant groups and gang activity: a contrast between Europe and the USA. In F. Gemert ; D. Peterson e I.L. Lien (Eds.), *Street gangs, migration and ethnicity* (pp. 15-20). Portland: Willan Publishing.

Gertrudes, J.C.R. (2013). *Violência urbana: estudo de caso do bairro de Tira Chapéu*. Dissertação de Mestrado – Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos. Praia: Uni-CV.

Gilroy, P. (2002). Diaspora and the detours of identity. In K. Woodward (Ed.), *Identity and difference* (p. 301-349). London: Sage Publications.

Goldman, L.; Giles, H.; Hogg, M.A. (2014). Going to extremes: social identity and communication processes associated with gangs membership. *Group Processes & Intergroup Relations*, 17(6), 813-832.

Hagedorn, J.M. (2008), *A world of gangs: armed young men and gangsta culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Hagedorn, J.M. (2007a). Introduction: globalization, gangs, and traditional criminology. In J.M. Hagedorn (Ed.), *Gangs in the global city. Alternatives to traditional criminology* (pp. 1-10). Chicago: University of Illinois Press.

Hagedorn, J.M. (2007b). Gangs, institutions, race, and space: the Chicago School revisited. In J.M. Hagedorn (Ed.), *Gangs in the global city. Alternatives to traditional criminology* (p. 13-33). Chicago: University of Illinois Press.

Hagedorn, J.M. (2007c). Gangs in late modernity. In J.M. Hagedorn (Ed.), *Gangs in the global city. Alternatives to traditional criminology* (p. 295-317). Chicago: University of Illinois Press.

Hagedorn, J.M. (2005). EUA: os gangues institucionalizados e a violência em Chicago. In L. Dowdney (Coord.), *Nem guerra, nem paz: comparações internacionais de crianças e jovens envolvidos em violência armada organizada*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

Hayden, T. (2006). *Street Wars: gangs and the future of violence*. New York: New Press.

INE (2014). *Governança, paz e segurança*. Praia: INE.

INE (2002). *Perfil de pobreza em Cabo Verde: inquérito às despesas e receitas familiares – 2001/2002*. Praia: INE.

Johnson, B.D.; Hamid A.; Sanabria, H. (1992). Emerging models of crack distribution. In T. Mieczkowski (Org.), *Drugs, crime, and social policy: research, issues, and concerns* (pp. 56-78). Boston: Allyn and Bacon.

Klahr, M.L. (2006). *Hoy te toca la muerte: el imperio de las maras visto desde dentro*. México: Planeta.

León, O.D. (2005). Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In M. Virgínia de Freitas (Org.), *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais* (p. 9-18). Ação Educativa: São Paulo.

Levitt, S.D.; Venkatesh, S.A. (2000). An economic Analysis of a drug-selling gang's finances. *The Quarterly Journal of Economics*, 115(3), 755-789.

Lima, R.W. (2015). A imprensa escrita e a cobertura dos conflitos entre gangues de rua em Cabo Verde. In L. Bussotti; M. Barros e T. Grätz, (Eds.), *e-book Media freedom and right to information in Africa* (pp. 99-123). Lisboa: CEI-IUL.

Lima, R.W. (2014). Jovens e processos de afirmação na cidade da Praia, Cabo Verde” *P@X (Tema: Contestação e transformação política: uma exploração dos padrões em diferentes países e regiões)*, 25, 16-17.

Lima, R.W. (2012a). Delinquência juvenil coletiva na Cidade da Praia: uma abordagem diacrónica. In J.M. Pureza; S. Roque e K. Cardoso (Orgs.), *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia* (pp. 57-82). Coimbra: Almedina/CES.

Lima, R.W. (2012b). Bairros desafiliados e delinquência juvenil: o caso do bairro da Achada Grande Trás. In M. Silva; L. Pina, L. e P. Monteiro (Orgs.), *Estudos em Comemoração do Quinto Aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais* (pp. 123-151). II Volume. Praia: ISCJS.

Lima, R.W. (2012c). Rappers cabo-verdianos e participação política juvenil. In F. Marcon e L. Bordonaro (Orgs.), *Revista Tomo (Dossiê: Juventudes, expressividades e poder em perspectivas cruzadas)*, 21, 263-294.

Lima, R.W. (2010). Thugs: vítimas e/ou agentes da violência?. In J. Barros e L. Pina (Coords.), *Revista Direito e Cidadania (Edição Especial – Política Social e Cidadania)*, 30, 191-220.

Lundy, B. (2011). Dearly departed: social citizenship of undocumented minors in the US. *Migration Letters*, 8(1), 55-66.

Martins, F. (2013). *Entre projecto e convivência. Ser jovem nas periferias pobres do Mindelo, Cabo Verde*. Tese de Doutoramento – Antropologia. Lisboa: ISCTE-IUL.

Mbembe, A. (2013). *Sair da grande noite. Ensaio a África descolonizada*. Mangualde/Luanda: Edições Pedagogo/Edições Mulemba.

Merton, R.K. (1970). Estrutura social e anomia: revisão e ampliações. In R.N. Anshen (org.), *A família: sua função e destino*. Lisboa: Editora Meridiano.

Monteiro, J.S. (2014). *Delinquência juvenil e a sua origem familiar na ilha de Santiago de Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado – Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos. Praia: Uni-CV.

Monteiro, M.C.R. (2011). *Consumo do álcool e das drogas ilícitas nos grupos gangues/thugues da cidade do Mindelo e da Praia*. Dissertação de Mestrado – Psicologia – área clínica e de saúde. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Monteiro, J.J.T. (2010). *Para uma perspectiva sociológica do fenómeno “thug” na cidade da Praia: Estudo de caso em Achada Grande Frente e Lém Ferreira*. Memória monográfica – Sociologia. Praia: Universidade Jean Piaget.

Moura, T. (2010). *Novíssimas guerras: espaços, identidades e espirais da violência armada*. Coimbra: Almedina/CES.

OHCHR (2013). *Working group on the universal periodic review*. Geneva: UN.

Ovalle, L.P. (2005). Las fronteras de la narcocultura. In: Ganduno et. al (Orgs.), *La frontera interpretada. Procesos culturales en la frontera noroeste de México* (pp. 117-150). Baja California: CEC-MUSEO/UABC.

Ovalle, L.P. (2000). Narcotráfico y poder. Campo de lucha por la legitimidade. *Athenea Digital*, 17, 17-94.

Peça, M. (2012) Entre o real e o percebido: Estudo exploratório do discurso mediático sobre a violência urbana na Praia. In J.M. Pureza; S. Roque e K. Cardoso

(Orgs.), *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia* (p. 107-137). Coimbra: Almedina/CES.

Pérez, A.L. (2014). *Mares de cocaína. Las rutas náuticas del narcotráfico*. México: Grijalbo.

Prieto, A.P. (2012). “Urban youth violence in Cape Verde. The communication for development approach”, Comunicação apresentada na *International conference youth and democratization in Africa: lessons learned and comparative experiences*, 1-3 de novembro, Etiópia.

Prestholdt, J. (2009). The afterlives of 2Pac: Imagery and alienation in Sierra Leone and beyond. *Journal of African Cultural Studies*, 21(2), 197-218.

Reis, D.; Rodrigues, F.; Semedo, J. (2008). *Inquérito às famílias sobre armas ligeiras e de pequeno calibre em Cabo Verde – Relatório final*. Praia: Afrosondagem.

Rincón, O. (2013). Todos temos um pouco do tráfico dentro de nós: um ensaio sobre o narcotráfico/cultura/novela como modo de entrada para a modernidade. *MATRIZES*, 2, 193-219.

Rincón, O. (2009). Narco.estética y narco.cultura en Narco.lombia. *Nueva Sociedad*, 222, 147-163.

Rodgers, D. (2002), We live in a state of siege: violence, crime and gangs in post-conflict Nicaragua. *Working Paper Series. Development Studies Institute n. 02-36*, disponível em: <http://www2.lse.ac.uk/internationalDevelopment/pdf/WP/WP36.pdf> [acedido a 30 de Maio de 2013].

Rodgers, D. (1999). Youth gangs and violence in Latin America and the Caribbean: a literature survey. *Working Paper Series. Urban Peace Program Series n. 4*, disponível em: http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/TW3P/IB/1999/11/19/000094946_99110405535016/Rendered/PDF/multi_page.pdf [acedido a 30 de Maio de 2013].

Rodrigues, D.M. (2010). Violências urbanas em França: exceção ou novíssima guerra?. *Univ. Rel. Int.*, 8(2), 95-120.

Roque, S.; Cardoso K. (2012). Conclusões. Dos atores às trajetórias: desafios de uma análise centrada na ‘modernidade’ das violências. In J.M. Pureza; S. Roque e K. Cardoso (Orgs.). *Jovens e trajetórias de violências* (pp. 293-297). *Os casos de Bissau e da Praia*. Coimbra: Almedina/CES.

Roque, S.; Cardoso K. (2010). Entre a marginalização e a securitização: jovens e violências em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. *Comunicação apresentada no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2250> [acedido a 15 de Janeiro de 2011].

Roque, S.; Cardoso K. (2008). *Por que Razão os Jovens se Mobilizam...ou Não? Jovens e Violência em Bissau e na Praia*. Dakar: CODESRIA.

Sassen, S. (2007). The global city: one setting for new types of gang work and political culture?. In J.M Hagedorn (Ed.), *Gangs in the global city. Alternatives to traditional criminology* (pp. 97-119). Chicago: University of Illinois Press.

Saviano, R. (2014). *ZeroZeroZero*. Lisboa: Objectiva.

Shabaka, L.H. (2013). *Transformation of “old” slavery into atlantic slavery: Cape Verde island, c. 1500-1879*. Phd Dissertation – Philosophy History.

Solís, R.N.C. (2002). *Narcocultura en Sinaloa: simbologia, transgresión y médios de comunicación*. Tesis Doctoral. Ciudad del México: UNAM.

Sousa, N. (2013). A outra face do janus cabo-verdiano: uma análise crítica da violência juvenil em Cabo Verde. *Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais*, 1, 27-59.

Stefani, S. (2015a). Thug life e activismo social: construções de masculinidades de protesto nos bairros populares da cidade da Praia (Cabo Verde). *Novos Debates. Fórum de Debates em Antropologia*, 2(1), 19-28.

Stefani, S. (2015b). Praia, città schizofrenica. Etnografia urbana nella capitale de Capo Verde. *RiCOGNIZIONI. Rivista di Lingue, Letterature e Culture Moderne*, 2(1), 107-117.

Stefani, S. (2014). *Sujeito ómi. Construzioni di mascolinitá nella realtà urbana di Praia (Capo Verde)*. Tese de mestrado – Antropologia Culturale. Torino: Università di Totino.

Strange, S. (1996). *The retreat of the state. The diffusion of power in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Sullivan, J.P. (2000). Urban gangs evolving as criminal netwar actors. *Small Wars and Insurgencies*, 11(1), 82-96.

Tavares, L. (2014). *Influência da violência social sobre as relações afetivas de jovens e a prevenção do VIH/SIDA. Estudo de caso nos bairros de Eugénio Lima e Brasil*. Dissertação de Mestrado – Saúde Pública. Praia: Uni-CV.

Tavares, R.P. (2012). *Prevenção da delinquência juvenil em Cabo Verde: contributo para o desenho de um instrumento de política pública*. Dissertação de Mestrado – Administração Pública. Lisboa: ISCTE-IUL.

UNODC (2011). *Cabo Verde. Relatório de avaliação do sistema de justiça juvenil*. Praia: UNODC.

UNODC (2008). *Tráfico de droga como uma ameaça à segurança na África Ocidental*. Nova Iorque: Nações Unidas.

UNODC (2007). *World drug report*. New York: United Nations Publication.

Varela, A.; Lima, R.W. (2014). Esferas (ocultas) de participação política dos jovens na cidade da Praia, Cabo Verde: do político ao parapolítico. In P. Cunha e R. Baquero (Orgs.), *Revista Debates (Dossiê Juventude e Política)*, 8(2), 11-37.

Varela, A. (2010). “A violência em Cabo Verde: entre a fantasmagoria da história e a desterritorialização das tensões sociais e novos agenciamentos” *Comunicação apresentada no Colóquio Segurança e Violência em Cabo Verde*, 21 de Abril. Assomada: Universidade de Santiago.

Varela, O.B. (2011). *Mestiçagem jurídica? O Estado e a participação local na justiça em Cabo Verde: uma análise pós-colonial*. Dissertação de Doutoramento – Sociologia. Coimbra: CES.

Venkatesh, S.A. (2008). *Gang leader for a day: a rogue sociologist takes to the street*. New York: The Penguin Press.

Wacquant, L. (2008). *Urban outcasts. A comparative sociology of advanced marginality*. Cambridge: Polity.

Woodward, K. (2002). Concepts of identity and difference. In K. Woodward (Ed.), *Identity and difference* (pp. 7-61). London: Sage Publications.

Zoetl, P.A. (In print). “Prison is for young people! Youth, violence and the state in Praia and Mindelo, Cape Verde”. *African Studies Review*.

Zoetl, P.A. (2015). My body imprisoned, my soul relieved: youth, gangs and prison in Cape Verde”. *European Journal of Culture Studies*, disponível em: <http://ecs.sagepub.com/content/early/2015/09/15/1367549415603380.abstract> [acedido a 27 de Outubro de 2015].

Zoetl, P.A. (2014). Morabeza, cash or body: prison, violence and the state in Praia, Cape Verde. *International Journal of Cultural Studies*, disponível em:

<http://ics.sagepub.com/content/early/2014/04/25/1367877914528530.refs.html> [acedido a 11 de Junho de 2014].

